



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS
EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

IMPACTO DO EUROCETICISMO NO COMÉRCIO E NO
INVESTIMENTO EXTRA COMUNITÁRIO

MIGUEL FILIPE HOMEM FERREIRA CASTEL-BRANCO

OUTUBRO - 2022



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS
EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

IMPACTO DO EUROCETICISMO NO COMÉRCIO E NO
INVESTIMENTO EXTRA COMUNITÁRIO

MIGUEL FILIPE HOMEM FERREIRA CASTEL-BRANCO

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR PEDRO ALEXANDRE REIS CARVALHO
LEÃO

OUTUBRO - 2022

ABREVIATURAS

BDM3: Benchmark Definition 3rd Edition

BPM5: fifth edition of the International Monetary Fund Balance of Payments Manual (quinta edição do Manual da Balança de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional)

BPM6: 6th edition of the IMF Balance of Payments and International Investment Position Manual (sexta edição do Manual da Balança de Pagamentos e de Posições de Investimento do Fundo Monetário Internacional)

FMI: Fundo Monetário Internacional

IDE: Investimento direto estrangeiro

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PCC: Política Comercial Comum

PIB: Produto Interno Bruto

TTIP: *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (PARCEIRA TRANSATLÂNTICA DE COMÉRCIO UE-EUA)

UE: União europeia

RESUMO

A presente dissertação procura analisar empiricamente o impacto do euroceticismo no comércio (bens e serviços) e investimento extracomunitário, procurando, em particular, entender se existe uma relação positiva entre o euroceticismo e o comércio e investimento extracomunitário.

Depois de explicar o complexo fenómeno do euroceticismo, são utilizados dados das sondagens do Eurobarómetro desde 1992 relativos ao euroceticismo na opinião pública e dados relativos ao comércio e IDE do Eurostat e da OCDE. A partir destes dados realiza-se uma análise de regressão. Os Estados-Membros da UE foram analisados individualmente, sendo realizadas regressões com diferentes combinações de variáveis para testar as hipóteses.

Os resultados mostram que de modo geral, não existe uma relação positiva entre o euroceticismo e o comércio e investimento extracomunitário. O comércio de serviços extracomunitário apresenta o maior número de países com relação positiva com o euroceticismo, seguido do comércio de bens, o IDE apresenta, em quase todos os Estados uma relação que não é estatisticamente significativa.

Palavras-Chave: Euroceticismo; União Europeia; Comércio extracomunitário; Investimento direto estrangeiro extracomunitário;

ABSTRACT

This dissertation aims to empirically analyze the impact of Euroscepticism on extra-EU trade (goods and services) and investment, seeking, in particular, to understand whether there is a positive relationship between Euroscepticism and extra-EU trade and investment.

After explaining the complex phenomenon of Euroscepticism, data from Eurobarometer surveys since 1992 on Euroscepticism in public opinion and trade and FDI data from Eurostat and OECD are used. From these datasets a regression analysis is

carried out. The EU Member States were analyzed individually, and regressions were performed with different combinations of variables to test the hypotheses.

The results show that in general, there is no positive relationship between Euroscepticism and extra-EU trade and investment. Extra-EU trade in services has the largest number of countries with a positive relationship with Euroscepticism, followed by trade in goods. The FDI has in almost all States, a relationship that is not statistically significant.

Keywords: Euroscepticism; European Union; Extra-EU trade; Extra-EU foreign direct investment

ÍNDICE

ABREVIATURAS.....	I
RESUMO	II
LISTA DE FIGURAS	V
LISTA DE TABELAS	V
LISTA DE ANEXOS	VI
AGRADECIMENTOS.....	VII
I. INTRODUÇÃO	1
II. REVISÃO DE LITERATURA	3
III. EVOLUÇÃO DO EUROCENTRISMO DEPOIS DO TRATADO DE MAASTRICHT.....	10
IV. DADOS E METODOLOGIA	12
4.1 Hipóteses de pesquisa.....	12
4.2 Recolha de dados	13
4.3 Metodologia	16
V. ANÁLISE DE RESULTADOS	18
5.1 Regressões <i>Cross section</i>	18
5.2 Comércio de bens extracomunitário.....	19
5.3 IDE extracomunitário	21
5.4 Comércio de serviços extracomunitário	22
VI. CONCLUSÃO	24
BIBLIOGRAFIA.....	26
WEBGRAFIA.....	29
ANEXOS	31

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Percentagem total de inquiridos que responderam “É mau pertencer à UE” -----	10
FIGURA 2: Percentagem total de inquiridos que responderam “Não confio na UE” ---	10

LISTA DE TABELAS

TABELA I: Descrição das Variáveis-----	17
TABELA II: Coeficientes de regressão e <i>p-values</i> das regressões <i>cross-section</i> -----	18
TABELA III: Coeficientes de regressão e <i>p-values</i> da variável do peso do comércio extracomunitário de bens em relação ao PIB-----	19
TABELA IV: Coeficientes de regressão e <i>p-values</i> da variável do peso do comércio extracomunitário de bens em relação ao comércio intracomunitário de bens-----	19
TABELA V: Coeficientes de regressão e <i>p-values</i> da variável do Peso do IDE extracomunitário em relação ao PIB-----	21
TABELA VI: Coeficientes de regressão e <i>p-values</i> da variável do Peso do IDE extracomunitário em relação ao IDE intracomunitário-----	21
TABELA VII: Coeficientes de regressão e <i>p-values</i> da variável do Peso do comércio extracomunitário de serviços em relação ao PIB-----	22
TABELA VIII: Coeficientes de regressão e <i>p-values</i> da variável do Peso do comércio extracomunitário de serviços em relação ao comércio intracomunitário de serviços---	22

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1- Coeficientes e <i>p-values</i> das regressões das variáveis do comércio de bens extracomunitário -----	31
Anexo 2- Coeficientes e <i>p-values</i> das regressões das variáveis do IDE extracomunitário-----	32
Anexo 3- Coeficientes e <i>p-values</i> das regressões das variáveis do comércio de serviços extracomunitário-----	33

AGRADECIMENTOS

Um primeiro agradecimento à minha mãe, ao meu pai e aos meus irmãos, pelos diferentes contributos fornecidos que tornaram todo o meu ensino superior uma realidade. Um agradecimento especial aos meus avós que me acompanharam durante estes 6 anos percurso académico oferecendo-me estadia em Lisboa.

De fundamental importância também, reservo um sincero agradecimento ao Professor Pedro Alexandre Reis Carvalho Leão, não só pela disponibilidade e pelos contributos com que na qualidade de meu orientador, me conduziu nesta tese, mas pela qualidade do seu método de ensino na sua unidade curricular. Para alguém, que no meu caso tinha um conhecimento limitado em economia o Professor proporcionou explicações simples e objetivas relativas às bases das teorias económicas. É justo, em boa verdade, alargar este agradecimento também a todos os meus Professores ao longo do meu percurso académico pelo ensino de qualidade que me proporcionaram.

Agradeço também aos meus colegas de Mestrado por todo o percurso, em particular, ao Manuel e ao Daniel os meus fiéis companheiros de trabalhos de grupo e também à Mariana, Inês e à Beatriz pela entreaajuda e companheirismo. Um agradecimento especial ao Marcelo, meu colega da Licenciatura e antigo aluno deste mestrado. A todos os meus colegas e amigos que me acompanharam ao longo deste percurso. Em particular, ao Diogo, à Sofia, à Bruna e ao Francisco. A Todos, um sincero obrigado!

I. INTRODUÇÃO

A 23 de junho de 2016 a UE e o resto do mundo acordaram com espanto ao verem os resultados do referendo do Brexit. Uma grande vitória para uns, uma grande desilusão para outros ou até um incentivo para no futuro renegociar a relação com a UE. A sombra do euroceticismo afetou sempre o Projeto Europeu desde a sua conceção nos pós Segunda Guerra Mundial. Mas se por um lado é um fenómeno antigo, por outro não podia ser mais moderno, o euroceticismo reinventou-se ao longo das décadas, adaptando-se à realidade e tornando-se mais complexo à medida que a UE aprofundava a suas competências.

Desde que o termo euroceticismo foi cunhado no início dos anos 90, inúmeros estudos têm analisado as determinantes, as consequências e as várias formas e níveis de euroceticismo. O presente estudo pretende ser apenas mais uma pequena peça na discussão deste tema. É com este espírito que procuro debruçar-me sobre o impacto do euroceticismo no comércio e investimento extracomunitário e, em particular, neste sentido, conduzir a minha questão de partida: “o aumento do euroceticismo leva ao aumento do comércio e do investimento extracomunitário?”

Se por um lado, a criação do mercado único e da Política Comercial Comum (PCC) integrou as economias europeias, por outro limitou a sua soberania. Um desastre político e económico para os eurocéticos que vêm medidas e políticas que afetam os seus Estados-Membros a serem decididas em Bruxelas. Da mesma forma que vemos contestação contra a UE na área política e jurídica, esta contestação também ocorre na área das relações económicas internacionais. É possível que formas de diplomacia económica realizadas pelos Estados-Membros à margem da PCC para atrair comércio e investimento extracomunitário sejam não só uma consequência da deterioração das condições económicas na UE desde a Crise Financeira 2008/2009, mas também uma consequência do aumento do euroceticismo.

Recentemente o estudo do euroceticismo tem incorporado cada vez mais os sentimentos dos cidadãos, utilizando principalmente dados do Eurobarómetro. Estes estudos focam-se principalmente nas *causas* do euroceticismo utilizando uma análise

de regressão para testar a relação destes fenómenos (Serricchio, Tsakatika & Quaglia, 2013; Kang & Oh, 2020). No entanto, a utilização deste método para analisar as *consequências* do euroceticismo ainda não ganhou a mesma relevância ou popularidade que ganhou com as determinantes. O meu estudo procura preencher esta lacuna utilizando uma metodologia similar para testar se existe relação entre o aumento do euroceticismo e o aumento do comércio e investimento extracomunitário.

Neste sentido, foram recolhidos dados em diversos relatórios e bases de dados para criar as diversas variáveis e de seguida analisar o todo da UE e separadamente cada Estado-Membro desde 1992, utilizando uma análise de regressão.

O capítulo 2 faz uma breve revisão da literatura sobre o euroceticismo. O capítulo 3 apresenta um breve resumo da evolução do euroceticismo na UE utilizando dados do Eurobarómetro. Os capítulos 4 e 5 apresentam o estudo empírico, primeiro com a metodologia e recolha de dados e depois com a análise dos resultados. O trabalho termina com a apresentação das principais conclusões

II. REVISÃO DE LITERATURA

A literatura existente que se propõe estudar a relação entre a evolução do euroceticismo na população da UE e o comércio e IDE extracomunitário é bastante limitada. O referendo ao Brexit (2016) tocou ligeiramente neste tema, ao estudar os futuros e potenciais impactos comerciais e financeiros que a saída do Reino Unido da UE podia provocar (Păun & Ungureanu, 2017). No entanto, este tema passa ao lado do meu estudo. O objetivo não é analisar como se iam materializar as relações económicas Reino Unido-UE nos pós Brexit. Em vez disso, o objetivo é analisar se as relações económicas extracomunitárias são afetadas pelas variações do nível de euroceticismo junto das populações dos Estados Membros. Existe, contudo, uma investigação sobre a relação entre a deterioração das condições económicas na UE e o aumento do nível de euroceticismo na opinião pública, dado que, por sua vez, condiciona os governos dos Estados Membros a desenvolverem relações comerciais e financeiras extracomunitárias.

É importante começar por rever os diferentes conceitos de euroceticismo expostos na literatura. De acordo com Paul Taggart (1998), o euroceticismo é a ‘ideia de oposição contingente ou qualificada, bem como a incorporação de oposição direta e não qualificada ao processo de integração’ europeia. Mais tarde, de forma a encontrar uma definição que funcione nos vinte cinco contextos nacionais (Taggart & Szczerbiak, 2000, 2002) distinguiram entre euroceticismo duro e suave. O euroceticismo duro é onde há uma oposição aos princípios da UE e da integração europeia e, portanto, pode ser visto em partidos que pensam que o seu Estado-Membro deve sair da UE, ou cujas políticas em relação à UE equivalem a se opor a todo o projeto de integração europeia como está atualmente concebido Taggart & Szczerbiak (2000). Por seu lado, o euroceticismo suave é onde não há uma objeção aos princípios da integração europeia ou a continuar a pertencer à UE, mas onde preocupações em uma (ou várias) áreas políticas levam à expressão de uma oposição qualificada à UE, ou onde há um sentimento de que o interesse nacional está atualmente em desacordo com a trajetória da UE (Taggart &

Szczerbiak, 2000). No entanto, esta distinção não está imune a críticas devido à sua ambiguidade. Kopecky & Mudde (2002) sugerem uma categorização alternativa que distingue entre apoio difuso e específico em relação às ideias ou instituições da UE. Por outro lado, Vasilopoulou (2011) formulou para os partidos do espectro político da extrema-direita três classificações: euroceticismo de rejeição, condicional ou de compromisso.

Estes estudos focam-se quase exclusivamente na relação entre os partidos políticos e o euroceticismo. Se é certo que partidos políticos eurocéticos ganharam nos últimos anos mais votos em eleições nacionais e europeias, uma análise exclusivamente partidária não cobre vários fatores complexos do euroceticismo. Com efeito, atualmente o euroceticismo está enraizado em diferentes níveis da sociedade civil. Os partidos eurocéticos ocupam o papel principal na disseminação do discurso eurocético, mas as ideias dos eleitores que apoiam esses partidos são cada vez mais importantes para explicar a proliferação do euroceticismo (Opperman, 2013). A percepção da opinião pública é essencial para analisar a crise na UE. As várias crises não podem ser separadas da perspectiva que cada pessoa experimenta quando surge uma crise (Kang & Oh, 2020). Por isso, é mais correto e preferível para o meu estudo utilizar a opinião pública como fator.

Grande parte da recente literatura sobre o euroceticismo junto da opinião pública também tenta especificar o nível de atitudes negativas que são incluídas no conceito de euroceticismo. Vários estudos traçam a linha entre críticos e céticos (Szczerbiak & Taggart, 2008). Embora nem todos tracem a linha no mesmo ponto, Krouwel & Abts (2007), por exemplo, classificam as atitudes em relação à UE entre ceticismo, desconfiança, cinismo e alienação. Estes autores argumentam que apenas os cínicos e os alienados se opõem à UE e ao projeto europeu forma mais ampla, enquanto os céticos e desconfiados são simplesmente críticos em relação ao projeto e à UE enquanto instituição.

Na relação entre as condições económicas na UE e o euroceticismo, a literatura enquadra esta questão no tema das origens do euroceticismo. Vários estudos

classificaram aspectos multidimensionais do euroceticismo junto à população. Estes concentram-se principalmente na origem do descontentamento que levam ao aumento de uma atitude cética em relação às autoridades europeias, ao regime e à comunidade (Kang & Oh, 2020). Podemos, no entanto, simplificar e dividir as várias explicações apresentadas entre condições económicas e não económicas.

Até ao início da década de 90, a literatura concentrava-se principalmente no desempenho económico nacional, indicado por medidas como taxa de crescimento, inflação e desemprego (Anderson & Kaltenthaler, 1996), os benefícios da adesão à UE (Eichenberg & Dalton, 1993) e “percepções económicas subjetivas” (Eichenberg & Dalton, 1993), com o objetivo de explicar as atitudes das pessoas em relação à UE. No entanto, depois de 1992 esta explicação deparou-se com alguns obstáculos. O apoio público à integração europeia caiu na década de 1990, apesar das condições económicas favoráveis. O Tratado de Maastricht transformou a natureza da UE de um projeto principalmente económico em um projeto político. O aprofundamento da UE resultado da aquisição de novas competências (nomeadamente a União Económica e Monetária) ocorreu juntamente com o alargamento da UE à Europa Central e de Leste. Estes fenómenos mudaram a lógica custo-benefício junto da população trazendo variáveis sociais e políticas, para o primeiro plano (Eichenberg & Dalton, 2007). Carey (2002) argumenta que uma forte identidade nacional é um obstáculo à integração europeia, pois é suscetível de fomentar atitudes eurocéticas. Pelo contrário para Citrin & Sides (2004) uma forte identidade nacional é plenamente compatível com as atitudes pró-europeias. A questão das identidades nacionais nos Estados-Membros da UE está também, relacionada com ameaças externas. Os cidadãos que veem a imigração e a globalização como uma ameaça à integridade nacional tendem a ser hostis em relação às instituições e práticas da UE (Hooghe & Marks, 2005). Por exemplo, a crise dos refugiados de 2015 oferece uma explicação para a diminuição do apoio ao processo de integração europeia, facto que foi explorado pelos partidos políticos eurocéticos (Benček & Strasheim, 2016).

A Grande Recessão de 2008/09 voltou a dar ênfase aos fatores económicos. A crise levou à diminuição do crescimento económico e à deterioração dos padrões de

vida na UE. Durante a Grande Recessão de 2008/09, a opinião pública europeia tornou-se mais sensível do que nunca aos choques macroeconómicos, particularmente o aumento das taxas de desemprego (Anderson & Hecht 2014). Com a crise, os partidos no governo foram particularmente punidos pelos eleitores, enquanto vários partidos eurocéticos beneficiaram do impacto da crise (Hernandez & Kriesi 2016). Além disso, as condições económicas de outros Estados-Membros podem afetar o apoio do público em relação à UE. As percepções dos cidadãos sobre a crise nos outros países da UE podem levar a preocupações sobre o futuro da UE. A recessão económica noutros países da UE pode levar a um declínio nas exportações, o que reduzirá o crescimento interno e o emprego (Kang & Oh, 2020).

Para chegar a conclusões empíricas sobre os fatores mais relevantes na evolução do euroceticismo junto dos cidadãos da UE, um número crescente de estudos tem utilizado dados do Eurobarómetro¹. Importa aqui referir dois estudos Serricchio, Tsakatika & Quaglia (2013) e Kang & Oh (2020). Ambos os estudos utilizaram dados do Eurobarómetro para analisar os impactos da Grande Recessão de 2008/09 na evolução do euroceticismo na UE utilizando análise de regressão. No entanto, uns estudos chegaram a resultados diferentes. O estudo de Serricchio, Tsakatika & Quaglia (2013) utilizou como variável dependente (para medir o euroceticismo) o apoio à continuidade de pertencer à UE, especificamente atitudes negativas em relação à pertença de um país à UE. Comparando apenas dois anos, 2007 e 2010, os autores chegaram à conclusão que os fatores económicos não são importantes para explicar o euroceticismo neste período e que, de modo geral, a confiança nas instituições políticas e a identidade nacional têm mais poder explicativo. Por outro lado, o estudo de Kang & Oh (2020) utilizou como variável dependente a confiança na UE, ou seja, quem não confia na UE como instituição. Comparando dados de painel entre 2004 e 2017, os autores chegaram à conclusão de que a evolução do euroceticismo durante este período, pode ser explicado

¹ O Eurobarómetro é o instrumento de sondagem utilizado pela Comissão Europeia, Parlamento Europeu e outras instituições e agências da UE para monitorizar regularmente o estado da opinião pública na Europa sobre questões relacionadas com a União Europeia, bem como as atitudes sobre assuntos de natureza política ou social (Eurobarómetro).

por fatores económicos domésticos como a taxa de desemprego e medidas de austeridade.

Estes estudos mostraram que a variável escolhida para medir o euroceticismo pode levar a resultados diferentes. O próprio estudo de Serricchio, Tsakatika & Quaglia (2013) reconhece as limitações da variável escolhida. Os níveis de conhecimento sobre a UE têm sido historicamente baixos. Portanto as respostas à pergunta sobre a continuar a pertencer à UE não refletem um julgamento equilibrado ou preciso dos cidadãos. Por outro lado, os autores explicam as vantagens desta variável referindo que oposição à UE como regime é um aspeto fundamental do euroceticismo na opinião pública, uma vez que debilita o apoio ao projeto de integração europeia a longo prazo.

Tendo estes estudos em consideração irei utilizar ambas as variáveis: a confiança na UE e o apoio à continuidade de pertencer à UE para medir o Euroceticismo. Considerando o estudo Krouwel e Abts (2007) que refere a desconfiança na UE como instituição como uma forma de euroceticismo.

Traçada a ligação entre as condições económicas e o nível de euroceticismo, falta estabelecer a relação entre o euroceticismo na opinião pública e o comércio e investimento extracomunitário. Neste caso, há uma lacuna na literatura não se sabendo se existe causalidade, entre os fenómenos estudados. Há, no entanto, alguns pontos relevantes que podem ser considerados.

Qualquer discussão sobre comércio e investimento extracomunitário tem de começar pela PCC. Até 1970, cabia aos Estados-Membros coordenar as suas relações comerciais com os países terceiros. Desde então os Estados delegaram essa autoridade à Comissão Europeia, que negocia em nome dos Estados e define uma tarifa externa comum aplicada uniformemente por todos os Estados-Membros. Em 2009 a Comissão adquiriu responsabilidade exclusiva na matéria de políticas de comércio de bens e serviços, aspetos comerciais da propriedade intelectual, compras públicas e investimento direto estrangeiro, ampliando a PCC (Fiorini et al, 2020). Visto como uma das grandes conquistas da elite pró-europeia, a PCC é hoje utilizada pelos eurocéticos como arma contra a UE (Leonard, 2014). Os partidos eurocéticos levantam várias

preocupações sobre os acordos comerciais existentes e são significativamente menos favoráveis a acordos comerciais de maior alcance, como a Parceira Transatlântica de Comércio UE-EUA (TTIP) (Barendregt & Verbruggen, 2019).

Esta característica é de certa maneira contraditória com a minha hipótese. No entanto há dois pontos a considerar. Em primeiro lugar, a maioria dos movimentos eurocéticos não são necessariamente contra o comércio livre (Sojka et al 2019). Desejam recuperar soberania dos seus países, de negociar e definir taxas e regulações com países terceiros sem estarem presos a uma política comercial comum. Por outro lado, o comércio realizado entre os Estados-Membros da UE e países terceiros ao abrigo de acordos de comércio² representa uma parte relativamente pequena do comércio extracomunitário. Em 2018, as importações dentro de acordos comerciais representaram cerca de um terço das importações extra da UE e 37 por cento das exportações extra da UE. A importância relativamente pequena das tarifas como obstáculos às importações tem também a ver com o baixo nível de tarifas às importações na UE alcançado no âmbito da Organização Mundial de Comércio (Kawecka-Wyrzykowska, 2020). Isto significa que a ação da PCC é relativamente limitada no que toca à redução de barreiras alfandegárias.

O aprofundamento da integração que ocorreu em 2009 levou à necessidade dos Estados-Membros desenvolverem formas suaves ou informais de diplomacia económica para promoverem o comércio e investimento, como visitas de Estado, parcerias estratégicas ou conferências para fomentar relações económicas. Um exemplo deste tipo de diplomacia ao mais alto nível é a iniciativa de cooperação entre a China e os países da Europa Central e de Leste atualmente conhecido como 14+1³. Esta iniciativa faz parte da estrutura da *Belt and Road Initiative*, lançada com o objetivo de expandir a influência chinesa na Eurásia através da promoção de comércio e investimento. Numa região claramente marcada pelo euroceticismo, principalmente nos quatro países do

² Tanto por Acordos de comércio livre como por acordos preferenciais de comércio, o primeiro elimina a barreiras alfandegárias na sua totalidade enquanto o último apenas reduz as mesmas substancialmente.

³ Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, República Checa, Grécia, Hungria, Montenegro, Macedónia do Norte, Polónia, Roménia, Sérvia, Eslováquia e Eslovénia + China.

grupo Visagrad⁴, desde a Polónia e a Hungria, que contestam já há alguns anos as regras e os valores de Bruxelas, até à República Checa e Eslováquia, que apesar de terem um nível muito elevado de integração económica com o resto da Europa, contestam algumas decisões sociais e políticas de Bruxelas (Végh, 2018). A estratégia chinesa pode significar para estes Estados-Membros um complemento à integração europeia, que consiga contribuir para o seu bem-estar económico sem abdicar da sua soberania.

⁴ Uma aliança cultural e política de quatro países da Europa Central: República Checa, Hungria, Polónia e Eslováquia (Visegrad, 2006).

III. EVOLUÇÃO DO EUROCEPICISMO DEPOIS DO TRATADO DE MAASTRICHT

O Eurobarómetro fornece resultados regulares de inquéritos sobre uma série de perguntas relativas à UE e às suas políticas em todos os Estados-Membros da UE. As figuras 1 e 2 representam, respectivamente, a percentagem de inquiridos que estão contra o seu país pertencer à UE e os que não confiam na UE como instituição. Como podemos observar na figura 1 o período que se seguiu à assinatura do Tratado de Maastricht levou ao aumento da proporção de pessoas que desejam a saída do seu Estado da EU para 17 por cento, apesar das condições económicas favoráveis. Depois de voltar a níveis pré Tratado, essa proporção voltou a aumentar em 2003 possivelmente como reação à tentativa de estabelecer uma Constituição da UE (Ultan & Ornek, 2015).

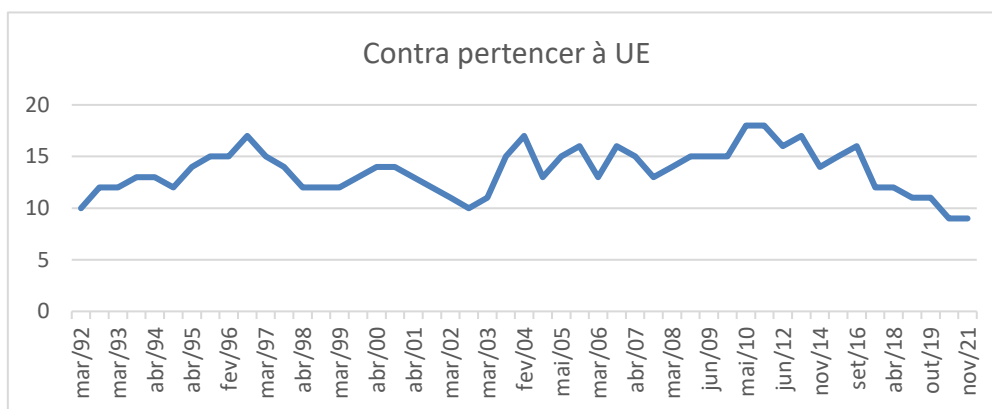


FIGURA 1 - Percentagem total de inquiridos que responderam “É mau pertencer à UE”

Fonte: Eurobarómetro

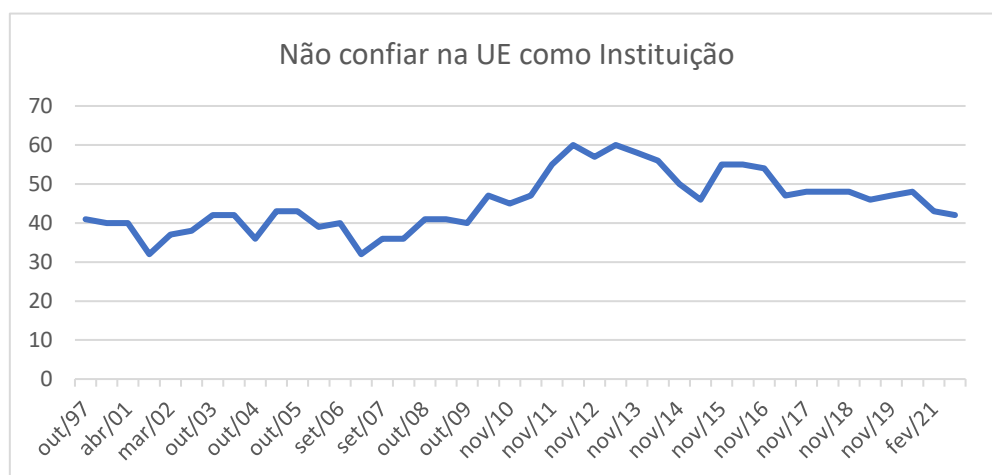


FIGURA 2 - Percentagem total de inquiridos que responderam “Não confio na UE”

Fonte: Eurobarómetro

Em 2010 essa proporção atingiu o nível mais elevado de sempre 18 por cento. Este aumento ocorreu durante o período da crise financeira global que desencadeou a Crise das Dívidas Soberanas. Depois de atingir os 16 por cento devido à crise dos refugiados de 2015, a proporção de pessoas que desejava a saída da UE começou a baixar progressivamente até atingir o valor mais baixo desde a celebração do Tratado Maastricht, 9 por cento em 2021.

Em relação à confiança na UE, o Eurobarómetro só começou a recolher dados sobre este tema a partir de 1997. Podemos observar na figura 2 que teve uma evolução semelhante a “contra pertencer à UE”, No entanto a opinião pública parece bastante mais volátil em relação à confiança na UE como instituição. De cerca de 32 por cento em 2007 que não confiava na UE, a proporção quase duplicou em 2012, 60 por cento, devido à crise económica. Mas, ao contrário da forma de euroceticismo mais duro, a desconfiança na UE nunca baixou para os níveis pré-Crise Financeira de 2008-2009. Tendo em conta estes dados, pode-se comentar que a forma mais dura de euroceticismo (sair da EU) está a perder popularidade entre a opinião pública. Neste sentido, o euroceticismo adotou uma oposição menos difusa e mais específica, contra a atual concessão da UE (Kopecky & Mudde, 2002).

IV. DADOS E METODOLOGIA

4.1 Hipóteses de pesquisa

O objetivo deste estudo é analisar o impacto do euroceticismo na opinião pública sobre o comércio e investimento extracomunitário. Mais especificamente, identifica-se se o aumento do euroceticismo leva ao aumento do comércio (bens e serviços) e do IDE extracomunitário. Mede-se o nível de euroceticismo, com base na atitude negativa dos cidadãos relativamente à pertença do seu país à UE e a desconfiança face à UE como instituição. Estes dois indicadores vão ser utilizados separadamente em cada hipótese.

Neste sentido, foram formuladas três hipóteses de partida:

H1: O aumento do euroceticismo está correlacionado com o aumento do comércio extracomunitário de *bens*.

Para testar esta hipótese vão ser utilizadas duas variáveis:

O peso do comércio extracomunitário em relação ao PIB, isto é, o comércio extracomunitário de bens realizado num ano (importações + exportações) a dividir pelo PIB desse ano, em percentagem (*TRADEGOODS/GDP*);

O peso do comércio extracomunitário de bens em relação ao comércio intracomunitário de bens. Todo o comércio extracomunitário realizado num ano a dividir por todo o comércio intracomunitário de bens realizado nesse ano, em percentagem (*EXTRAGOODS/INTRA*).

H2: O aumento do euroceticismo junto da opinião pública está correlacionado com o aumento do comércio extracomunitário de *serviços*

Para testar esta hipótese vão ser utilizadas duas variáveis:

O peso do comércio extracomunitário em relação ao PIB. Todo o comércio de extracomunitário de serviços realizado num ano a dividir pelo PIB desse ano, em percentagem (*EXTRA_GDP_SERVICES*);

O peso do comércio extracomunitário de serviços em relação ao comércio intracomunitário de serviços, isto é, o comércio extracomunitário de serviços realizado num ano a dividir por todo o comércio intracomunitário de serviços realizado nesse ano, em percentagem (*EXTRA_INTRA_SERVICES*).

H3: O aumento do euroceticismo junto da opinião pública está correlacionado com o aumento do IDE extracomunitário

Para testar esta hipótese vão ser utilizadas duas variáveis:

O peso do IDE extracomunitário em relação ao PIB, isto é, o IDE extracomunitário (*inflows + outflows*) realizado num ano a dividir pelo PIB desse ano, em percentagem (*FDI/GDP*);

O peso do IDE extracomunitário em relação ao IDE intracomunitário, isto é, o IDE extracomunitário realizado num ano a dividir por todo o IDE intracomunitário realizado nesse ano, em percentagem (*FDI/INTRA*).

Inicialmente foi apenas considerado o peso do comércio/investimento extracomunitário em relação ao PIB como variável dependente. No entanto, oscilações no PIB podiam provocar grandes alterações nos valores sem necessariamente existirem grandes variações no valor do comércio/investimento extracomunitário. Apesar das limitações manteve-se esta variável no estudo, mas foi introduzida a relação com o comércio intracomunitário.

4.2 Recolha de dados

Para a realização deste estudo, foram utilizados dados relativos ao euroceticismo em cada Estado-Membro da UE desde 1992. O Eurobarómetro realiza relatórios e sondagens que acompanham o estado da opinião pública europeia relativamente ao projeto europeu. Como já foi explicado no segundo capítulo, utilizei a atitude negativa dos cidadãos relativamente à pertença do seu país à UE e a desconfiança na UE como instituição para medir o euroceticismo em cada Estado-Membro. Estas duas variáveis

serão doravante designadas por “adesão” e “confiança” respetivamente. Relativamente à primeira variável, a pergunta sobre a atitude face à pertença à UE aparece regularmente desde os primeiros relatórios nos anos 70, da seguinte forma:

Q1: De um modo geral, pensa que o facto de [nosso país] fazer parte da UE é:

Bom, mau, nem bom nem mau; não sei?

Foram apenas consideradas as respostas “é mau pertencer à UE” representada através de uma percentagem de inquiridos para cada Estado-Membro. De modo a permitir a análise com as outras variáveis foram utilizados dados de apenas um inquérito por ano (o último inquérito realizado nesse ano, quando existe mais do que um).

Relativamente à segunda variável, a pergunta “confia na UE como instituição” aparece pela primeira vez no relatório 48 do Eurobarómetro de 1997, da seguinte forma:

Q2: De que forma confia em certas instituições? Para cada uma das seguintes instituições, tende a confiar ou tende a não confiar? A União Europeia?

Foram apenas consideradas as respostas “tende a não confiar na UE” representada através de uma percentagem de inquiridos para cada Estado-Membro. De modo a permitir a análise com as outras variáveis foram utilizados dados de apenas um inquérito por ano (o primeiro inquérito realizado nesse ano quando existe mais do que um).

Foram utilizados dados do comércio extra e intracomunitário de bens para cada Estado-Membro e para o total da UE⁵. Foi utilizada a base de dados do Eurostat que publica dados anuais para cada Estado denominado em Euros nominais. Os dados têm em conta a composição da UE de acordo com o ano a que esses dados correspondem. Por exemplo, dados de 2001 têm apenas em conta as exportações e importações da UE-15, enquanto os dados de 2020 têm em conta a UE-27 (sem o Reino Unido).

⁵Até 1998 os valores anuais do Luxemburgo estão incluídos nos dados da Bélgica. Para este estudo só foram utilizados dados da Bélgica e do Luxemburgo a partir do ano 1999 quando são contabilizados separadamente.

Para o comércio extra e intracomunitário de serviços foram utilizados dados do Eurostat para cada Estado-Membro e para o total da UE⁶. Foram utilizadas três bases de dados do Eurostat, as primeiras duas compilam dados de 1985 a 2013 e a última desde 2013. Esta separação está feita desta maneira, porque a partir de 2008 até 2013 foi realizada progressivamente uma alteração metodológica. Até 2013 o Eurostat compilava os dados da balança de Pagamentos tendo em conta a quinta edição do Manual da Balança de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional (BPM5)⁷. Desde então é utilizado exclusivamente a sexta edição (BPM6) (Eurostat, 2014). Os dados estão denominados em Euros nominais e têm em conta a composição da UE de acordo com o ano a que esses dados correspondem.

Para o IDE extra e intracomunitário foram utilizados dados do Eurostat e da OCDE para cada Estado-Membro e para o total da UE. O Eurostat só tem dados publicados desde 2008; antes deste ano os dados estão descontinuados. Por isso, para dados pré 2008 foi utilizada a base de dados da OCDE que utiliza a *Benchmark Definition 3rd Edition* (BDM3), que é compatível com o BPM5 do FMI (OCDE, 2015). Os dados do Eurostat estão denominados em Euros nominais enquanto os dados da OCDE estão denominados em euros nominais, com a exceção dos Estados-Membros que não utilizam a moeda única, neste caso os dados estão todos denominados na moeda nacional correspondente⁸. Tanto a base de dados da OCDE como a do Eurostat contém vários valores em falta, dados que não foram reportados pelos Estados a estas instituições. Nos casos em que existiam valores em falta nos dados do Eurostat foram utilizados dados da OCDE. Além disso a OCDE não reporta dados de Estados não membros desta organização⁹. Os dados da OCDE têm em conta a composição da UE de acordo com o ano a que esses dados correspondem.

⁶ Até 2002 os dados da Bélgica e Luxemburgo são publicados em conjunto sob a mesma entidade (União Económica Belgo-luxemburguesa) os dados destes países só vão ser utilizados a partir do ano 2002 quando são contabilizados separadamente.

⁷ Manual publicado pelo Fundo Monetário Internacional com o objetivo de criar padrões relativos à análise e publicação de dados da Balança de Pagamentos de vários países (Fundo Monetário Internacional, 1993).

⁸ Com a exceção da Polónia, estão denominados em dólares americanos.

⁹ Não existem dados para Chipre, Letónia e Malta entre 2004 e 2007 e para a Roménia e Bulgária em 2007.

Por fim, foram utilizados dados do PIB para cada Estado-Membro e para o total da UE. A base de dados Ameco da Comissão Europeia publica dados do PIB para a UE e para os Estados-Membros em euros nominais e para os Estados que não utilizam a moeda única os dados estão denominados na moeda nacional correspondente. Para a Polónia foram utilizados dados do FMI denominados em dólares americanos, para corresponderem com os dados do IDE da OCDE.

4.3 Metodologia

Este estudo analisa individualmente cada Estado-Membro e a UE no seu todo desde 1992. Foi construída uma tabela de dados de painel utilizando o programa *Excel* (ver anexos) para cada país e para o total da UE desde 1992. O peso do comércio/investimento extracomunitário em relação ao PIB e comércio/investimento intracomunitário foi calculado na tabela de dados. Neste aspecto, há uma observação que se tem de fazer em relação aos valores de IDE. Em certos períodos foram registados valores negativos de IDE, por o valor de desinvestimento¹⁰ ser superior ao IDE realizado. Isto criou um problema no cálculo do peso do IDE extracomunitário em relação ao intracomunitário. Por isso, os valores negativos foram retirados¹¹.

Foram utilizadas duas variáveis independentes “adesão” (*membership*) e “confiança” (*trust*). Como já vimos, estas medidas correspondem aos diferentes tipos de euroceticismo e, por isso, serão utilizadas separadamente com cada variável dependente. Foram utilizadas seis variáveis dependentes, duas para cada hipótese correspondente (ver Tabela I). Ou seja, cada variável dependente vai ser analisada duas vezes para cada Estado-Membro e para o todo da UE, utilizando cada uma das variáveis independentes.

¹⁰ Geralmente ocorre quando o investidor líquida o seu investimento, vendendo os seus ativos.

¹¹ A variável peso do IDE extracomunitário em relação ao PIB não teve este problema, sendo o denominador (PIB) sempre positivo a interpretação dos valores era clara.

TABELA I – Descrição das Variáveis			
Variáveis	Descrição	Hipóteses de pesquisa	Fonte
Variáveis independentes			
Euroceticismo <i>suave</i>	Percentagem de entrevistados que tendem a não confiar na EU (%)		Eurobarómetro
Euroceticismo <i>duro</i>	Percentagem de entrevistados para quem pertencer à EU é mau (%)		Eurobarómetro
Variáveis dependentes			
Comércio extracomunitário de <i>bens</i>	- Peso do comércio extracomunitário em relação ao PIB - Peso do comércio extracomunitário em relação ao comércio intracomunitário	H1: O aumento do euroceticismo junto da opinião pública está correlacionado com o aumento do comércio extracomunitário de bens	Eurostat
Comércio extracomunitário de <i>serviços</i>	- Peso do comércio extracomunitário em relação ao PIB - Peso do comércio extracomunitário em relação ao comércio intracomunitário	H2: O aumento do euroceticismo junto da opinião pública está correlacionado com o aumento do comércio extracomunitário de serviços	Eurostat
IDE extracomunitário	- Peso do IDE extracomunitário em relação ao PIB - Peso do IDE extracomunitário em relação ao IDE intracomunitário	H3: O aumento do euroceticismo junto da opinião pública está correlacionado com o aumento do IDE extracomunitário	Eurostat (2008-2020) OCDE (1992-2007)

Foram realizadas várias regressões *time-series* utilizando o método *Least squares* para analisar cada Estado-Membro da UE. Para analisar a UE como um todo foi calculada a média de cada variável nos vários anos para cada país e utilizando esses valores foram realizadas regressões *cross-section*. Todas as regressões foram realizadas utilizando o *EViews 12 Student Version*.

O objetivo foi saber se existe correlação entre as duas variáveis, utilizando um nível de significância de 10%. Se existe relação repara-se no coeficiente de regressão, se for positivo, existe uma relação positiva entre o nível de euroceticismo na opinião pública e o peso do comércio/investimento extracomunitário, se for negativo, esta relação é contrária, o que contradiz as minhas hipóteses de partida.

V. ANÁLISE DE RESULTADOS

5.1 Regressões *cross-section*

Variáveis	Coefficiente	<i>p-value</i>
TRADEGOODS/GDP membership	-0.875603	0.0268
TRADEGOODS/GDP trust	-0.558016	0.0163
FDI/GDP membership	-2.167350	0.3614
FDI/GDP trust	-0.349675	0.8051
EXTRA_GDP_SERVICES membership	-0.661802	0.2826
EXTRA_GDP_SERVICESGDP trust	-0.480477	0.1853
EXTRAGOODS/INTRA membership	1.304564	0.0513
EXTRAGOODS/INTRAtrust	0.568338	0.1591
FDI/INTRA membership	-14.81801	0.3757
FDI/INTRA trust	-6.580846	0.5080
EXTRA_INTRA_SERVICES membership	2.303281	0.0350
EXTRA_INTRA_SERVICStrust	1.140193	0.0822

Tabela II - Coeficientes de regressão e p-values das regressões *cross-section*

Fonte: EViwes 12 SV – elaboração própria

Os resultados indicam que só três variáveis apoiam a hipóteses de partida. Há uma correlação positiva especialmente forte entre a variável dependente “EXTRA_INTRA_SERVICES” e a variável independente “membership”: um coeficiente de regressão de 2.3 indicando que, em média, por cada 1% que a variável “membership” aumenta, o peso do comércio extracomunitário de serviços em relação ao comércio intracomunitário de *serviços* aumenta em 2.3 por cento. Um caso interessante é o da variável “TRADEGOODS/GDP”. Com ambas as variáveis independentes tivemos uma relação estatisticamente significativa, para um nível de significância de 5 por cento. No entanto, temos uma correlação negativa, que contradiz a hipótese de partida: em média, o aumento do euroceticismo leva à redução do peso do comércio extracomunitário de bens em relação ao PIB. Por outro lado, nenhuma das variáveis que representam o IDE foram relevantes.

5.2 Comércio de *Bens* extracomunitário

Estado-Membro	TRADEGOODS/GDP membership		TRADEGOODS/GDP trust	
	Coeficiente	<i>p-value</i>	Coeficiente	<i>p-value</i>
Belgium	-	-	0.473792	0.0041
Czech Republic	-	-	0.293989	0.0005
Germany	-	-	0.116661	0.0670
Greece	0.338411	0.0008	0.168495	0.0001
Spain	-	-	0.121507	0.0043
Italy	0.369207	0,0000	0,120495	0,0004
Lithuania	-	-	0.861091	0.0003
Malta	0.859535	0.0066	-	-
Netherlands	-	-	0.541776	0.0543
Portugal	-	-	0.091889	0.0114
Slovakia	0.560030	0.0879	0.130649	0.0914
Finland	0.409160	0.0002	0.182718	0.0342
United Kingdom	-	-	0.256646	0.0002

Tabela III - Coeficientes de regressão e *p-values* da variável do peso do comércio extracomunitário de bens em relação ao PIB

Fonte: EViwes 12 SV – elaboração própria

Estado-Membro	EXTRAGOODS/INTRA membership		EXTRAGOODS/INTRAtrust	
	Coeficiente	<i>p-value</i>	Coeficiente	<i>p-value</i>
Belgium	-	-	0.644171	0.0001
Greece	1.250285	0.0001	0.482203	0.0005
Spain	0.834477	0.0142	0.361481	0.0013
France	-	-	0.350079	0.0224
Croatia	0,980166	0,0379	-	-
Lithuania	1.030391	0.0261	0.735978	0.0025
Luxembourg	0.557827	0.0242	-	-
Hungary	0.385841	0.0477	-	-
Portugal	0.235884	0.0296	0.182902	0.0005
Finland	1.212342	0.0000	0.574006	0.0036
Sweden	-	-	0.334381	0.0098
United Kingdom	-	-	1.122587	0.0010

Tabela IV - Coeficientes de regressão e *p-values* da variável do peso do comércio extracomunitário de bens em relação ao comércio intracomunitário de bens

Fonte: EViwes 12 SV – elaboração própria

Devido à grande quantidade de regressões realizadas, nestas secções vão ser apresentados apenas os resultados dos Estados-Membros estatisticamente relevantes e com correlação positiva. O resto dos resultados estão nos anexos.

Em primeiro lugar, os resultados utilizando a variável independente “trust” são mais relevantes que a variável “membership”, a um nível de significância de 10 por cento. Mesmo considerando os Estados-Membros que apresentam uma correlação negativa. No entanto, menos de metade dos Estados-Membros têm uma relação estatisticamente relevante: só 13 no caso da variável dependente “*TRADEGOODS/GDP*” (Tabela III) e só 12 no caso da variável dependente “*EXTRAGOODS/INTRA*” (Tabela IV) apresentaram uma correlação positiva. De notar que países como Portugal, Espanha, Finlândia, Grécia e Lituânia têm uma correlação positiva em ambas as variáveis dependentes. O facto destes países estarem na periferia da UE pode ser um fator mais relevante. No entanto, a Bélgica, o Reino Unido e o Luxemburgo também apresentam o mesmo tipo de comportamento. Nos dois países mais importantes da UE, a Alemanha e a França. A Alemanha apresenta uma correlação positiva entre as variáveis no caso da variável dependente “*TRADEGOODS/GDP*”, apesar de ser relativamente fraca (0.11). A França apresenta uma correlação positiva entre as variáveis no caso da variável dependente “*EXTRAGOODS/INTRA*”, relativamente mais forte (0.35). Finalmente, os resultados dos Estados do Grupo de Visegrad foram menos relevantes que o esperado. A Polónia não apresenta uma relação estatisticamente relevante, enquanto a Hungria e a República Checa apresentam resultados relevantes, nas tabelas III e IV respectivamente. A Eslováquia foi a exceção deste Grupo, tendo uma relação relevante e positiva utilizando ambas as variáveis independentes no caso da variável dependente “*TRADEGOODS/GDP*”.

5.3 IDE extracomunitário

Estado-Membro	FDI/GDP membership		FDI/GDP trust	
	Coeficiente	p-value	Coeficiente	p-value
Italy	0,040555	0,0039	-	-
Luxembourg	76.16419	0.0088	30.73012	0.0080

Tabela V - Coeficientes de regressão e p-values da variável do Peso do IDE extracomunitário em relação ao PIB

Fonte: EViwes 12 SV – elaboração própria

Estado-Membro	FDI/INTRA membership		FDI/INTRA trust	
	Coeficiente	p-value	Coeficiente	p-value
Greece	6,880039	0,0717	-	-
Spain	11,26054	0,0158	4,973971	0,0270
Luxembourg	-	-	7,74991	0,0101
United Kingdom	35,59866	0,0682	31,66864	0,0409

Tabela VI - Coeficientes de regressão e p-values da variável do Peso do IDE extracomunitário em relação ao IDE intracomunitário

Fonte: EViwes 12 SV – elaboração própria

Os resultados para as variáveis que tratam do IDE extracomunitário (*FDI/GDP* e *FDI/INTRA*) foram desapontantes. Para a maioria dos Estados-Membros, a relação entre o IDE extracomunitário e o euroceticismo na opinião pública não é estatisticamente significativa, utilizando um nível de significância de 10%. Os dados relativos ao IDE podem sugerir uma explicação. Principalmente nos países de média/pequena dimensão, os fluxos de IDE oscilam bastante, com valores bastante elevados num ano (por vezes realizado por poucos investidores), seguido de um ano com valores muito baixos ou até com desinvestimento. No entanto, existem casos interessantes. O Reino Unido, no caso da variável dependente *FDI/INTRA* (Tabela VI), tem uma correlação positiva muito forte com ambas as variáveis independentes. A Grécia, a Espanha, a Itália e o Luxemburgo, também têm uma correlação positiva, tal como no comércio extracomunitário de bens. O Luxemburgo em particular, tem uma correlação positiva em ambas as variáveis dependentes, com um coeficiente muito elevado com a variável *FDI/GDP* (Tabela V).

5.4 Comércio de *serviços* extracomunitário

Estado-Membro	EXTRA_GDP_SERVICES membership		EXTRA_GDP_SERVICESGDP trust	
	Coeficiente	<i>p-value</i>	Coeficiente	<i>p-value</i>
Belgium	-	-	0.202586	0,0024
Bulgaria	0.190147	0.0422	0.099002	0.0808
Czech Republic	-	-	0.060447	0.0006
Estonia	-	-	0.092550	0.0275
Greece	0.136490	0.0667	0.070408	0.0323
Spain	-	-	0.023881	0.0016
France	-	-	0.199634	0.0001
Italy	-	-	0.018645	0.0010
Cyprus	-	-	0.551829	0.0237
Latvia	0.102074	0.0630	0.149114	0.0000
Luxembourg	-	-	1.218558	0.0780
Hungary	-	-	0.030142	0.0004
Portugal	-	-	0.058598	0.0137
Romania	0.067095	0.0195	-	-

Tabela VII - Coeficientes de regressão e p-values da variável do Peso do comércio extracomunitário de serviços em relação ao PIB

Fonte: EViwes 12 SV – elaboração própria

Estado-Membro	EXTRA_INTRA_SERVICES membership		EXTRA_INTRA_SERVICES trust	
	Coeficiente	<i>p-value</i>	Coeficiente	<i>p-value</i>
Bulgaria	1,074271	0,0697	1,022430	0,0006
Estonia	-	-	0.196904	0.0159
Cyprus	-	-	1.235706	0.0364
Latvia	2.386969	0.0017	1.592206	0.0132
Lithuania	2.969326	0.0024	1.443783	0.0078
Luxembourg	-	-	0.715191	0.0100
Netherlands	-	-	0.710334	0.0729
Portugal	-	-	0.282770	0.0271
Finland	1.873035	0.0003	-	-
Sweden	0.421240	0.0975	-	-
United Kingdom	-	-	0.710072	0.0052

Tabela VIII - Coeficientes de regressão e p-values da variável do Peso do comércio extracomunitário de serviços em relação ao comércio intracomunitário de serviços

Fonte: EViwes 12 SV – elaboração própria

Nos resultados do comércio de serviços, podemos ver mais uma vez que a variável independente “*trust*” oferece resultados estatisticamente mais significativos. Neste caso, 12 Estados-Membros mostram uma relação significativa no caso da variável dependente “*EXTRA_INTRA_SERVICES*” (Tabela VIII) e 15 Estados-Membros mostraram a mesma relação no caso da variável dependente “*EXTRA_GDP_SERVICES*” (Tabela VII), o único caso em que a hipótese de partida pode ser confirmada na maioria dos Estados-Membros. Se compararmos com os casos analisados podemos encontrar alguns padrões. Em primeiro lugar, o Reino Unido volta a aparecer com um coeficiente de 0.71 nas variáveis “*EXTRA_INTRA_SERVICES*” e “*trust*”. Espanha e Luxemburgo também apresentam uma relação positiva, este último nas duas variáveis dependentes. Estes três países são os únicos de certa maneira corroboram as três hipóteses apresentadas. Em segundo lugar, os países do Báltico têm em vários casos uma relação positiva entre as variáveis. Especificamente a Lituânia e a Letónia com coeficientes positivos bastante elevados no caso da variável dependente “*EXTRA_INTRA_SERVICES*”. Em terceiro lugar, mais uma vez, os países do Grupo de Visegrad não apresentam uma relação positiva estatisticamente significativa. A República Checa e Hungria voltam a aparecer com relação positiva, nas variáveis “*EXTRA_GDP_SERVICESGDP*” e “*trust*”, apresentando, no entanto, coeficientes baixos 0,06 e 0,03 respectivamente.

VI. CONCLUSÃO

Analisou-se de forma empírica a relação entre o euroceticismo e o comércio e IDE extracomunitário, que se por um lado são tão antigos quanto o início do projeto europeu, por outro são tão recentes que o futuro da UE vai com certeza depender da evolução destes fenómenos.

Dentro das limitações teóricas existentes nesta temática (em boa medida, fruto do facto de a utilização de dados relativos ao euroceticismo na opinião pública ainda só foi largamente aplicada para as determinantes do mesmo) em breves traços os resultados da minha análise empírica são os seguintes:

De modo geral, na maioria dos Estados-Membros não existe uma relação estatisticamente significativa entre o euroceticismo e o comércio (serviços e bens) e o IDE. Nos casos em que esta relação existe, alguns apresentam uma relação negativa, deixando apenas uma minoria de casos em que uma ou mais das minhas hipóteses são corroboradas nos vários Estados-Membros. No entanto, há situações interessantes a referir. Existe alguma variedade geográfica no que toca aos resultados com uma relação positiva entre as variáveis. Que a confiança ou desconfiança na UE pode ser a variável mais relevante para estudar as consequências do euroceticismo neste e noutros temas. Os resultados mostram, em todas as variáveis exceto as do IDE, utilizar a confiança na UE como instituição como variável independente trouxe mais relações estaticamente significativas.

Os resultados do IDE extracomunitário, não conseguiram na grande maioria dos casos ser explicados por qualquer uma das variáveis independentes. Os valores de IDE oscilam bastante. Tentar que sejam explicados por uma variável que mede o euroceticismo na opinião pública e que representa os sentimentos políticos, económicos ou sociais da população, parece ter salvo alguns casos pouca relevância.

Falando também de casos específicos: em Espanha, Luxemburgo e no Reino Unido (um dos países mais eurocéticos) pode afirmar-se que as três hipóteses foram de certa maneira confirmadas. Por outro lado, dado o seu desenvolvimento político desde a adesão à UE, nos países do Grupo de Visegrad esta relação não é estaticamente

significativa ou é mais fraca do que o esperado. A Polónia não tem nenhum resultado que apoie as hipóteses. Os outros três países, apresentaram em alguns casos uma relação positiva, os resultados não foram inequívocos como se estava à espera.

O objetivo deste estudo não é formular recomendações ou lançar cenários futuros relativos ao projeto europeu como ideia ou instituição. É, sim, estabelecer e comprovar algum tipo de relação empírica entre o euroceticismo e comércio e IDE extracomunitário, que mais tarde possa ter utilidade para outra análise, seja ao nível metodológico ou dos resultados alcançados. O estudo das consequências do euroceticismo junto da opinião pública, é claramente uma temática ainda aberta a outros estudos empíricos que utilizem outras variáveis de carácter político, económico ou social.

BIBLIOGRAFIA

Alibert, J. (2015). Euroscepticism: the root causes and how to address them. Heinrich-Böll-Stiftung European Union.

Anderson, C.J. & Kaltenthaler, K.C. (1996). The dynamics of Public Opinion toward European Integration, 1973-93. *European Journal of International Relations* 2 (2), 175-99

Anderson, C.J. (1998). When in Doubt, Use Proxies: Attitudes toward Domestic Politics and Support for Euroean Integration. *Comparative Political Studies* 2 (5), 569-601.

Anderson, C., & Hecht, J. (2014). "Crisis of Confidence? The Dynamics of Economic Opinions during the Great Recession." In *Mass Politics in Tough Times: Opinions, Votes and Protest in the Great Recession*. Oxford: Oxford University Press.

Benček, D. & Strasheim, J. (2016). Refugees Welcome? A Dataset on Anti-refugee Violence Germany. *Research & Politics* 3 (4) 1–11.

Carey, S. (2002) Undivided Loyalties: Is National Identity an Obstacle to European Integration? *European Union Politics* 3 (4), 387–413.

Eichenberg, R.C. and Dalton, R.J. (1993). Europeans and the European Community: The Dynamics of Public Support for European Integration. *International Organization* 47 (4) 507–34.

Eichenberg, R.C. & Dalton, R.J. (2007). Post-Maastricht Blues: The Transformation of Citizen Support for European Integration, 1973–2004. *Acta Politica* (42), 128–52

Fiorini, M., Koren, M., Santi, F. & Zavecz, G. (2020). How Similar Are International Economic Relations of EU Member States? Comparing Trade, Investment and Political Behavior.

Fundo Monetário Internacional (1993). *Balance of Payments Manual*. Fundo Monetário Internacional.

- Hooghe, L. & Marks, G. (2005). Calculation, Community and Cues Public Opinion on European Integration. *European Union Politics* 6 (4) 419–443.
- Hooghe, L. & Marks, G. (2007). Sources of Euroscepticism. *Acta Politica* (42), 119-127.
- Kang, Y D. & Oh, C R. (2020). Spreading Euroscepticism and its macro-level determinants: empirical analysis of Eurobarometer survey in 2004–2017. *Journal of Contemporary European Studies* 28 (3), 348-365.
- Kawecka-Wyrzykowska, E. (2020). Importance and motives of preferential trade agreements in the EU's external trade. *Economics and Business Review* 6 (3) 3-22.
- Kopecky, P., & C. Mudde. (2002). The Two Sides of Euroscepticism. Party Positions on European Integration in East Central Europe. *European Union Politics* 3 (3) 297–226.
- Krouwel, A. & Abts, K. (2007). Varieties of Euroscepticism and Populist Mobilization: Transforming Attitudes from Mild Euroscepticism to Harsh Eurocynicism. *Acta Politica*, 42, 252–70.
- Leonard, M. (2014). The rise of Euroscepticism and how to deal with it in the EU. *Norwegian Institute of International Affairs*. (9), 1-4.
- Opperman, K. (2013). The Politics of Avoiding Referendums on the Treaty of Lisbon. *Journal of European Integration* 35 (1) 73–89.
- Păun, C. & Ungureanu, S. (2017). To BREXIT or not to BREXIT? This is the (only) question? *The Review of Social and Economic Issues* (4). 22-43.
- Serricchio, F., Tsakatika, M. & Quaglia, L. (2013). Euroscepticism and the Global Financial Crisis. *Journal of Common Market Studies* 51(1), 51-64.
- Sojka, A., Díaz-Lanchas, J. & Steinberg, F. (2019). The politicization of Transatlantic trade in Europe: Explaining inconsistent preferences regarding free trade and the TTIP. *Joint Research Centre* (9/2019).

Szczerbiak, A. & Taggart, P. (2000). *Opposing Europe: Party Systems and Opposition to the Union, the Euro and Europeanisation*. Sussex European Institute (1).

Szczerbiak, A. and Taggart, P. (2008). *Theorizing Party-Based Euroscepticism: Problems of Definition, Measurement and Causality*. In *Opposing Europe? The Comparative Party Politics of Euroscepticism. Volume 2: Comparative and Theoretical Perspectives* Oxford: Oxford University Press.

Taggart, P. & Szczerbiak, A. (2002). *The Party Politics of Euroscepticism in EU Member and Candidate States*. Sussex European Institute 51 (6) 5-9.

Ultan, M. O. & Ornek, S. (2015). *Euroscepticism in the European Union*. *International Journal of Social Sciences*. IV (2) 49-57.

Végh, Z. (2018). *From Pro-European Alliance to Eurosceptic Protest Group? The case of the Visegrad Group*. *Swedish Institute for European Policy Studies* 2018 (7). 1-12.

WEBGRAFIA

Barendregt, E. & Verbruggen, K. (2019). What impact to expect from a rise of Eurosceptic parties in the European Parliament. Disponível em: <https://economics.rabobank.com/publications/2019/february/what-impact-have-eurosceptic-parties-on-european-parliament/> [Acesso em: 2022/10/01].

Comissão Europeia (2021). International trade in services (1985-2003). [Base de dados], fevereiro 2021. Bruxelas: Eurostat Disponível em: https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=bop_its_deth&lang=en

Comissão Europeia (2021). International trade in services (2004-2013). [Base de dados], fevereiro 2021. Bruxelas: Eurostat Disponível em: https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=bop_its_det&lang=en

https://stats.oecd.org/Index.aspx?DatasetCode=FDI_FLOW_PARTNER

Comissão Europeia (2021). EU direct investment flows, breakdown by partner country and economic activity (NACE Rev. 2). [Base de dados], fevereiro 2021. Bruxelas: Eurostat Disponível em: https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=bop_fdi_flow_r2&lang=en

Comissão Europeia (2022). Eurobarometer surveys. Bruxelas: Eurobarómetro Disponível em: <https://europa.eu/eurobarometer/> [Acesso em: 2022/02/21].

Comissão Europeia (2022). International trade in services (since 2010) (BPM6). [Base de dados], maio 2022. Bruxelas: Eurostat Disponível em: https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=bop_its6_det&lang=en

Comissão Europeia (2022). Ameco Database. [Base de dados], maio 2022. Bruxelas: Ameco Disponível em: https://dashboard.tech.ec.europa.eu/qs_digit_dashboard_mt/public/sense/app/667e9fba-eea7-4d17-abf0-ef20f6994336/sheet/2f9f3ab7-09e9-4665-92d1-de9ead91fac7/state/analysis

Comissão Europeia (2022). EU direct investment flows, breakdown by partner country and economic activity (BPM6). [Base de dados], junho 2022. Bruxelas: Eurostat
Disponível em:
https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=bop_fdi6_flow&lang=en

Comissão Europeia (2022). EU trade since 1988 by HS2-4-6 and CN8 [Base de dados], setembro 2022. Bruxelas: Eurostat. Disponível em:
<https://ec.europa.eu/eurostat/web/international-trade-in-goods/data/database>.

Eurobarómetro. About Eurobarometer. Disponível em:
<https://europa.eu/eurobarometer/about/eurobarometer> [Acesso em: 2022/10/05].

Eurostat (2014). International trade in services, geographical breakdown – Historical data (bop_its) – Metadata. Disponível em:
https://ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/en/bop_its_esms.htm#relatedmd1644261913838 [Acesso em: 2022/08/02].

OCDE (2015). FDI statistics according to Benchmark Definition 3rd Edition (BMD3). [Base de dados], OECD.Stat Disponível em:
https://stats.oecd.org/Index.aspx?DatasetCode=FDI_FLOW_PARTNER

OCDE (2015). OECD Benchmark Definition of Foreign Direct Investment – 4th Edition. Disponível em: <https://www.oecd.org/investment/fdibenchmarkdefinition.htm>
[Acesso em: 2022/07/28].

Visegrad Group (2006). About the Visegrad Group Disponível em:
<https://www.visegradgroup.eu/about> [Acesso em: 2022/10/01].

ANEXOS

Base de dados e resultados das regressões: [TFM - ANEXOS](#)

country	TRADEGOODS/GDP memb		TRADEGOODS/GDPtrust		EXTRAGOODS/INTRA memb		EXTRAGOODS/INTRA trust	
	coefficient	p-value	coefficient	p-value	coefficient	p-value	coefficient	p-value
Belgium	-0.038147	0.9464	0.473792	0.0041	-0.614454	0.2537	0.644171	0.0001
Bulgaria	-0.434421	0.3881	-0.214801	0.5020	-1.738937	0.0065	-1.022439	0.0134
Czech Republic	0.365721	0.1805	0.293989	0.0005	-0.052180	0.7343	0.082457	0.1229
Denmark	-0.165158	0.0141	-0.077428	0.1500	0.033729	0.9339	-0.271051	0.1828
Germany	-0.428739	0.0272	0.116661	0.0670	0.128323	0.8187	-0.225781	0.3473
Estonia	0.968667	0.1643	0.230781	0.1721	0.113367	0.8658	0.196951	0.2147
Ireland	-0.748448	0.0143	-0.058364	0.5116	-1.665580	0.2817	-0.087944	0.8780
Greece	0.338411	0.0008	0.168495	0.0001	1.250285	0.0001	0.482203	0.0005
Spain	0.093931	0.5298	0.121507	0.0043	0.834477	0.0142	0.361481	0.0013
France	-0.083234	0.2904	0.058432	0.1348	-0.528196	0.0064	0.350079	0.0224
Croatia	-0.155217	0.3491	0.002972	0.9850	0.980166	0.0379	0.757373	0.1015
Italy	0.369207	0.0000	0.120495	0.0004	0.172281	0.2965	0.135637	0.1020
Cyprus	-0.287890	0.1259	0.120466	0.1694	-0.953829	0.1094	0.420097	0.1291
Latvia	-0.418989	0.0560	0.107205	0.5694	-0.014426	0.9410	0.002132	0.9893
Lithuania	0.250511	0.6284	0.861091	0.0003	1.030391	0.0261	0.735978	0.0025
Luxembourg	0.505562	0.1148	-0.157035	0.2666	0.557827	0.0242	0.072981	0.5117
Hungary	0.192110	0.1537	-0.018847	0.8327	0.385841	0.0477	-0.326878	0.0057
Malta	0.859535	0.0066	0.524927	0.1034	-0.436197	0.4488	0.306887	0.5755
Netherlands	0.636602	0.4564	0.541776	0.0543	-0.145357	0.8065	0.329702	0.1348
Austria	-0.227080	0.0596	-0.020143	0.8232	-0.413283	0.2132	-0.123035	0.6781
Poland	0.421497	0.5133	0.134183	0.2135	0.506071	0.3835	0.100908	0.3053
Portugal	0.085718	0.2085	0.091889	0.0114	0.235884	0.0296	0.182902	0.0005
Romania	-0.039201	0.6407	0.031401	0.5954	-0.311278	0.0444	-0.204976	0.0634
Slovenia	-0.380130	0.4614	0.202188	0.4221	-0.353262	0.2903	-0.000970	0.9953
Slovakia	0.560030	0.0879	0.130649	0.0914	-0.333533	0.3052	-0.098600	0.1938
Finland	0.409160	0.0002	0.182718	0.0342	1.212342	0.0000	0.574006	0.0036
Sweden	-0.010947	0.6937	0.025545	0.5248	0.127588	0.1436	0.334381	0.0098
United Kingdom	0.192012	0.1003	0.256646	0.0002	0.354000	0.5351	1.122587	0.0010

Anexo 1- Coeficientes e p-values das regressões das variáveis do comércio de bens extracomunitário

Fonte: EViwes 12 SV – elaboração própria

country	FDI/GDP memb		FDI/GDP trust		FDI/INTRA memb		FDI/INTRA trust	
	coefficient	p-value	coefficient	p-value	coefficient	p-value	coefficient	p-value
Belgium	0.407331	0.5328	-0.331143	0.0955	-2.998044	0.9431	16.99761	0.1434
Bulgaria	-0.019513	0.8800	-0.149104	0.0226	2.500464	0.8239	2.975276	0.6587
Czech Republic	-0.047582	0.0795	-0.009532	0.3781	0.338706	0.8792	-0.367440	0.6132
Denmark	-0.153310	0.2173	0.068972	0.5342	-19.36137	0.2828	-3.470387	0.8547
Germany	0.048273	0.2855	0.009823	0.6882	1.193019	0.8782	-0.709243	0.9076
Estonia	0.222335	0.1088	0.054037	0.1184	-4.971623	0.4594	0.474181	0.7831
Ireland	-1.003484	0.5376	0.221321	0.6817	-7.053448	0.3535	-2.611147	0.3115
Greece	0.005808	0.6494	0.003901	0.5034	6,880039	0,0717	2.191948	0.2034
Spain	-0.126965	0.0655	-0.014694	0.4047	11,26054	0,0158	4,973971	0,0270
France	0.040173	0.5449	-0.083647	0.0088	-1.485519	0.5157	1.001317	0.3615
Croatia	-0.052464	0.4515	0.067546	0.2236	-2.907535	0.0702	-0.150244	0.9586
Italy	0,040555	0,0039	0.012709	0.1439	1.917056	0.3703	1.570695	0.3256
Cyprus	5.708284	0.2542	3.970477	0.1045	18.00083	0.1549	2.176496	0.6828
Latvia	0.034397	0.4363	0.020823	0.5714	-1.434970	0.5034	-0.708013	0.6354
Lithuania	-0.034937	0.7912	-0.080802	0.2429	-0.655229	0.7811	0.145489	0.9463
Luxembourg	76.16419	0.0088	30.73012	0.0080	12.05059	0.1172	7,749910	0,0101
Hungary	-2.094846	0.1199	0.301024	0.7209	-21.88882	0.4857	-7.486258	0.6811
Malta	-1.198371	0.7874	-2.403213	0.5670	31.48411	0.6752	-1.628776	0.9763
Netherlands	2.544922	0.1405	0.831057	0.3553	1056.486	0.2051	-64.49762	0.8769
Austria	0.045561	0.8654	-0.402681	0.0724	-24.09822	0.1037	-13.46101	0.3861
Poland	-0.129929	0.2673	-0.038094	0.0393	-0.001856	0.9996	-0.165869	0.7088
Portugal	-0.091727	0.0651	-0.021016	0.4691	-4.507231	0.5512	-2.122067	0.7864
Romania	-0.003197	0.8873	-0.015940	0.1704	-1.003993	0.0600	-0.116653	0.7187
Slovenia	-0.136897	0.0128	-0.089066	0.0000	-199.8631	0.1992	16.40421	0.8244
Slovakia	-0.064993	0.3491	-0.026543	0.0919	1.357753	0.5743	-0.156194	0.7673
Finland	0.029018	0.7726	-0.042538	0.2109	-6.275755	0.0020	-2.942455	0.1226
Sweden	0.071756	0.2197	-0.038384	0.6709	4.712754	0.3724	-6.579796	0.3503
United Kingdom	0.109268	0.2861	-0.006270	0.9326	35,59866	0,0682	31,66864	0,0409

Anexo 2- Coeficientes e p-values das regressões das variáveis do IDE extracomunitário

Fonte: EViwes 12 SV – elaboração própria

country	EXTRA_GDP_SERVICES memb		EXTRA_GDP_SERVICES trust		EXTRA_INTRA_SERVICES memb		EXTRA_INTRA_SERVICES trust	
	coefficient	p-value	coefficient	p-value	coefficient	p-value	coefficient	p-value
Belgium	-0.176510	0.4626	0.202586	0.0024	-0.480287	0.3091	0.029414	0.8457
Bulgaria	0.190147	0.0422	0.099002	0.0808	1.074271	0.0697	1.022430	0.0006
Czech Republic	0.078766	0.1747	0.060447	0.0006	-0.601808	0.1034	0.041053	0.7642
Denmark	-0.569763	0.0001	-0.208050	0.0108	-0.138801	0.8395	-0.077913	0.8461
Germany	-0.187565	0.0045	0.042220	0.1602	-0.326161	0.3249	-0.063626	0.7757
Estonia	-0.073928	0.6853	0.092550	0.0275	0.351473	0.3228	0.196904	0.0159
Ireland	-0.418110	0.8197	0.524006	0.3432	-5.484382	0.2538	-0.024614	0.9874
Greece	0.136490	0.0667	0.070408	0.0323	-0.614057	0.2958	0.011213	0.9729
Spain	0.047274	0.1913	0.023881	0.0016	0.209333	0.6791	0.282912	0.1038
France	-0.099601	0.2259	0.199634	0.0001	-0.042988	0.9526	-1.324036	0.0014
Croatia	-0.142811	0.1620	-0.000767	0.9934	-1.044082	0.1355	-1.044082	0.1355
Italy	-0.003400	0.8275	0.018645	0.0010	-0.999233	0.0020	0.169980	0.1010
Cyprus	-0.562374	0.3463	0.551829	0.0237	-0.954727	0.5071	1.235706	0.0364
Latvia	0.102074	0.0630	0.149114	0.0000	2.386969	0.0017	1.592206	0.0132
Lithuania	-0.254960	0.0295	0.048706	0.4698	2.969326	0.0024	1.443783	0.0078
Luxembourg	-1.667451	0.3518	1.218558	0.0780	-0.017098	0.9822	0.715191	0.0100
Hungary	-0.010925	0.5254	0.030142	0.0004	0.295450	0.4366	-0.550578	0.0072
Malta	-5.462348	0.0076	-0.987882	0.6405	-5.008907	0.2047	-0.270414	0.9424
Netherlands	0.031013	0.9422	0.272343	0.1413	0.929014	0.2782	0.710334	0.0729
Austria	-0.030953	0.3109	-0.004371	0.8495	0.169518	0.3217	-0.090206	0.4805
Poland	0.019427	0.9156	0.040655	0.1672	0.348054	0.6505	0.063292	0.6194
Portugal	0.001692	0.9678	0.058598	0.0137	-0.246230	0.2698	0.282770	0.0271
Romania	0.067095	0.0195	0.026925	0.1546	-0.331631	0.2840	-0.289299	0.1173
Slovenia	0.000700	0.9839	-0.031708	0.0407	-0.734315	0.0813	-0.484561	0.0110
Slovakia	-0.112614	0.1194	0.006987	0.6920	-1.080361	0.0434	-0.132237	0.3170
Finland	-0.199528	0.0197	-0.057121	0.1510	1.873035	0.0003	0.634256	0.1043
Sweden	-0.144101	0.0000	-0.094608	0.0018	0.421240	0.0975	0.241739	0.3473
United Kingdom	0.069933	0.5936	0.084133	0.2235	-1.852595	0.1105	0.710072	0.0052

Anexo 3- Coeficientes e p-values das regressões das variáveis do comércio de serviços extracomunitário

Fonte: EViwes 12 SV – elaboração própria